

O ataque às ciências sociais e a sociologia da ciência de Pierre Bourdieu

Diogo Ramada Curto

Se as ciências sociais estão sob ataque, como poderão ser reinvestidas do seu papel emancipatório de luta pelo conhecimento científico da sociedade e instrumento de um mundo melhor? O ataque, longe de se tratar de uma situação inédita, não é único em relação a outros países. Ou seja, a debilidade no modo de fazer valer o reconhecimento das ciências sociais, bem como das instituições de investigação e ensino que lhes estão vinculadas revela-se na facilidade com que as mesmas se tornam alvo de uma depreciação permanente. Um dos modos mais correntes de proceder a essa depreciação, determinado pelos valores do mercado, é aquele que se resume à noção de que as ciências sociais não servem para nada. O reverso desta mesma depreciação encontra-se na valorização das ciências económicas e, em complemento, sociais ou políticas, para efeitos de definição de políticas públicas, de intervenções no mercado e na vida das empresas.

Contudo, é na instrumentalização política das ciências sociais, no âmbito de uma articulação pejada de ambiguidades, que se encontram as formas mais comuns da sua desvalorização. Dois acontecimentos de diferente natureza, sucedidos muito recentemente, necessitam de ser tidos em conta para perceber melhor o sentido de tais ataques ou modos de depreciar quem se dedica a procurar conhecer melhor a sociedade. Um deles assumiu contornos espalhafatosos, quando três investigadoras escreveram um longo artigo onde procuraram descrever o modo de funcionamento de um centro de investigação em ciências sociais. Neste, um professor estrela, com notórias tendências narcísicas, naturalizou durante décadas formas de assédio moral e sexual, no interior de um sistema de troca de favores. Boaventura de Sousa Santos, director emérito de um desses centros, sociólogo do direito, sentindo-se visado por essa

descrição que pretendia descrever uma espécie de tipo ideal, evocou presunção de inocência, para logo ameaçar as autoras com um processo judicial.

Os contornos do debate com larga repercussão mediática, que levou a investigação em ciências sociais pelos piores motivos a abrir telejornais, obrigam a uma dupla reflexão. Por um lado, as autoras do artigo que descreveu uma espécie de tipo ideal de centro ou laboratório de investigações sociais seguiram o mesmo método praticado, durante toda uma vida, pelo denominado professor estrela. Isto é, da mesma forma que este sempre defendeu a prática de uma investigação sobre o social posta ao serviço de um activismo ligado a causas emancipatórias, as autoras do artigo descreveram o modo de funcionamento de uma instituição denunciando, corajosa e abertamente, uma situação política de injustiça perpetrada por aqueles que se encontravam em posições de dominação.

Por outro lado, a resposta ou, talvez seja melhor dizer, a ameaça de resposta por parte do professor estrela não se fez esperar. Contudo, em lugar de respeitar o seu próprio método, seguido por quem o denunciou, apresentando uma descrição etnográfica alternativa à versão apresentada pelas autoras, o professor estrela considerou que a melhor arma era o ataque. Assim, aquele que procurara durante uma vida explorar a existência de sistemas alternativos de justiça, ao sentir-se acochado, não hesitou em vir chorar publicamente, apresentando-se como vítima de uma injustiça. Aqui del-rei, que me querem fazer mal e castigar por uma mão no joelho e a infâmia de um graffiti! Neste quadro, o militante e activista da esquerda radical, aqui e lá fora, argumentou que só os tribunais oficiais do Estado – muito longe das formas alternativas e plurais de justiça que lhe foram sempre caros, para pensar o direito dos oprimidos – poderiam repor o seu bom nome. Será esta uma posição – em que se troca a descrição etnográfica pelo processo judicial – coerente com os ideais de esquerda? Tenho sérias dúvidas.

O segundo acontecimento, minúsculo, não mereceu qualquer difusão mediática. Resume-se a uma citação que dá que pensar, por pôr em causa muitas das genealogias e modos de celebração das ciências sociais. Refiro-me à correspondência trocada entre Jorge Dias e José Cutileiro, publicada pelo antropólogo João Leal na revista *Etnográfica* (vol. 27, n.º 1, 2023). Tenho presente uma carta específica, que terá sido escrita por volta de 1969. Nela, o primeiro, mais velho, formado na Alemanha nazi, revelou a Cutileiro que tinha medo do que viria a acontecer com as ciências sociais em Portugal. E, apesar de Dias poder ser considerado um dos principais representantes do modo do Estado

Novo entender as ciências sociais, distanciou-se e criticou Adriano Moreira – que se fizera catedrático quando fora ministro do Ultramar, sem nunca se ter doutorado –, sem deixar de lhe atribuir um papel decisivo nas ciências sociais em Portugal. Jorge Dias reconheceu, assim, o papel decisivo de Adriano Moreira, ao escrever: “apesar de [ele] ter sido o principal elemento impulsor das ciências sociais no nosso país, também foi o agente destruidor, que lhes minou os alicerces, com a sua política pessoal, arbitrária e contraditória”.

Seria fastidioso procurar desenvolver, a partir daqui, uma breve história das ciências sociais em Portugal. Para isso seria necessário ter em conta os mais diversos contributos, alguns deles de grande alcance, produzidos em diferentes configurações, mas sobretudo desde a Segunda Guerra, por geógrafos, economistas, sociólogos, juristas, historiadores, agrónomos, antropólogos, politólogos, especialistas em relações internacionais, etc. Interessante seria reparar nas pontes estabelecidas com a literatura, enquanto modo de conhecimento do mundo. Para o período posterior à década de 1950, há que reparar nas políticas públicas de modernização, nas suas relações com os projectos de organização de uma sociedade corporativa, e no modo como as mesmas se relacionam com a investigação em ciências sociais.¹ E particular atenção teria de ser dada à circulação internacional de ideias. É que só a partir desta circulação, no confronto com os centros e laboratórios, se pode testar a oscilação entre a defesa de uma autonomia disciplinar – que procede por especializações, para procurar impor a primazia desta ou daquela disciplina – e os sucessivos projectos que se destinam a pensar em conjunto, de forma interdisciplinar, o conjunto das ciências sociais. Por exemplo, os casos recentes de Amartya Sen, prémio nobel da economia, ou de Thomas Piketty – ambos autores de obras de grande fôlego intelectual – vieram desafiar o confinamento disciplinar da economia, considerada a mais científica das ciências sociais, devido à sua base estatística e econométrica.

No entanto, a evocação dos referidos casos de Boaventura de Sousa Santos e de Adriano Moreira, tem a vantagem de trazer para o debate, respectivamente, à esquerda e à direita, aquela que é uma das grandes debilidades das ciências

¹ Para uma reflexão aprofundada sobre corporativismo, planos de fomento do Estado Novo, técnicos ou engenheiros da modernização e interesses económicos, ver Bruno Monteiro, *Homens industriais: uma sociologia histórica das tomadas de posição do patronato português (1945-1974)* (2015, pp. 16-39). Para uma cronologia útil da relação entre investigação científica, planos de fomento – envolvendo os debates na Câmara Corporativa e na Assembleia Nacional, desde a década de 1950 –, organismos internacionais e a criação de novas instituições (tais como a JNICT, em 1967), ver Beatriz Ruivo, *As políticas de ciências e tecnologia em Portugal no caminho para o futuro* (2017, pp. 81-98).

sociais, em comparação com outras ciências, a saber, a permeabilidade das mesmas aos usos políticos. Estes podem levar ao reconhecimento individual deste ou daquele politólogo ou sociólogo, seguindo aliás um padrão tradicional de legitimação caro às elites de juristas e economistas. Contudo, o que acrescentam em reputação individual, pela capacidade de produzir opiniões, acabam por retirar em reconhecimento científico. Tal acontece, sobretudo, porque as ciências sociais continuam a ser julgadas por modelos de reconhecimento – muito pouco escrutinados e que continuam a ser preponderantes – provenientes das ciências naturais, de laboratório, em particular, da física ou das ciências biomédicas.

Um dos melhores guias para pensar todas estas questões, tanto em relação às ciências no seu conjunto, como às ciências sociais em particular, encontra-se na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). Não por acaso, um sociólogo que Boaventura de Sousa Santos sempre fingiu desconhecer. Tenha-se em conta, sobretudo, os seus últimos anos de vida. Deles foi feito um documentário, que pôs a nu o seu lado de militante preocupado com as condições de vida dos que mais sofriam com a desigualdade social e se encontravam desprovidos de qualquer tipo de capital simbólico ou material. Isto é, enquanto cidadão, Bourdieu não se furtou ao envolvimento nas causas de emancipação dos mais desfavorecidos ou miseráveis. No entanto, foi precisamente no momento em que intensificou esse seu envolvimento político em causas emancipatórias, claramente situadas à esquerda, que se mostrou mais interessado em reflectir, de forma aprofundada e sistemática, sobre a necessidade de uma autonomia das práticas científicas. Uma série de conferências organizadas pelo sociólogo Virgílio Borges Pereira no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto levaram-me à releitura de alguns dos seus textos cujos resultados aqui apresento, por me parecerem essenciais neste momento de ataque às ciências sociais².

Nos primeiros meses de 2001, Pierre Bourdieu dedicou o seu curso do Collège de France à sociologia da ciência. No centro da sua contribuição, não estava uma mera noção, mas o que ela implicava enquanto atitude de permanente reflexividade. É em seu nome que se inicia e termina o curso, intitulado

² Além das razões aduzidas, para pensar no campo das ciências sociais em Portugal como extremamente frágil e pouco sedimentado, há que colocar a questão das trocas desiguais e da dependência em relação a modelos importados. Uma tal posição, porém, nada tem de excepcional quando confrontada com a situação do Reino Unido, pois também ali foi possível detectar, entre muitos outros aspectos e modos de resistência, o peso crescente atribuído a sociólogos e autores alemães (Weber, Marx, Beck, Habermas) e franceses (Durkheim, Bourdieu, Foucault), ver A. H. Halsey, *A History of Sociology in Britain* (2004, p. 179).

Science de la science et reflexivité (2001). Um aspecto, aliás, não retido pela tradução portuguesa (*Para uma sociologia da ciência*, trad. Pedro Elói Duarte, 2021). Reivindicando para si uma postura profundamente reflexiva – “trabalho pelo qual a ciência social, tomando-se a si mesma como objecto, se serve das suas próprias armas para se compreender e controlar” (p. 123) ou “que a sociologia da sociologia deve acompanhar a prática da sociologia” (pp. 154-155) –, Bourdieu começou por se posicionar a si mesmo num campo de relações onde sabia que se tinha de confrontar com outras interpretações da ciência, para fazer valer argumentos e pontos de vista (Albert & Kleinman, 2011, pp. 263-273; Camic, 2011, pp. 275-293; Hess, 2011, pp. 333-348; Kim, 2023).

Tal como acontecera em muitas das suas obras anteriores, a reflexividade surgia como uma necessidade destinada a escrutinar a história de modo concreto, isto é, pondo o dedo em qualquer tipo de actividade científica. Por isso, não se tratava de postular “produtos finais ou princípios postulados pelos cientistas” – para utilizar a expressão empregue por Loïc Wacquant. Mas de entender a ciência à luz de uma orientação histórica, onde fosse possível fazer a história social dos instrumentos que servem para construir a realidade social. E, se a história da ciência pode ser “nobre ou ignóbil”, como Foucault demonstrou, o mais importante – sempre nas palavras de Wacquant – foi conceber “a verdade como um ‘erro ratificado’, num infundável esforço para ultrapassar as pré-noções nascidas do senso comum vulgar e erudito” (Wacquant, 2007, p. 296).

Na introdução e no primeiro capítulo, Bourdieu posiciona-se em relação a três debates. O primeiro surge sobre a forma de inscrição na grande tradição francesa de reflexão e de “ambição científica sobre a ciência”. Os nomes de Jules Vuillemin, Bachelard, Koyré e Canguilhem integraram-na e foram evocados em abono de uma tradição filosófica rigorosa que sempre procurou pensar os problemas da investigação científica no seu conjunto. Ou seja, longe de estabelecer à partida uma barreira entre ciências naturais e sociais, Bourdieu reclamou para si um modo que era, simultaneamente, mais unificado de pensar a ciência, mas que não deixava de atender à especificidade e à história de cada uma das disciplinas. Aliás, a partir dessa mesma perspectiva integrada da ciência, a referência ao caso Sokal permitiu-lhe posicionar-se em relação ao pós-modernismo.

Por um lado, é indiscutível que Bourdieu em nenhum momento se mostrou pronto a desistir da prossecução da verdade por via da investigação científica, nem tão-pouco se revelou disponível a reduzir a realidade ao estatuto do texto, investindo o seu uso de um jargão próprio de uma militância de esquerda. Por outro lado, ao contrário de Sokal: nunca atribuiu à física ou às ciências naturais

o valor de padrão ao qual todas as outras ciências ou disciplinas se deveriam submeter; manteve-se fiel à tradição kantiana de que toda a realidade é, em si mesma, uma construção fundada em categorias ou, como já Bachelard tinha referido, os factos, longe de serem um dado, são construídos em laboratório, logo, o “acto científico crucial é a *construção do objecto*”; e fez com que a sua insistente postura reflexiva, através da qual se deveria pôr em causa a prática da ciência, fosse entendida como um exercício de libertação e de emancipação. Como dirá, mais adiante, no livro em causa: “a sócio-análise do espírito científico, tal como a evoco, parece-me ser um princípio de liberdade, portanto, de inteligência” (p. 128).

O segundo debate referido por Bourdieu tem uma história longa e, porventura, equivocada. Parte de uma ideia resumida do que foi a sociologia norte-americana, num suposto eixo que ia de Harvard a Columbia. Num texto anterior, publicado em português em *O Poder Simbólico*, chamara-lhe uma *holding* sustentada, por um lado, pelas tipologias e sistemas classificatórios de uma teoria da acção social tal como tinham sido propostos por Talcott Parsons, formando o funcionalismo-estrutural; por outro lado, pelas metodologias interessadas nas regularidades estatísticas orientadas para a investigação empírica de Paul Lazarsfeld, porventura mais directamente inspiradas na cientometria, com larga aceitação nos círculos de tomada de decisão económica e de elaboração de políticas públicas.

Não será, com certeza, este o momento para perceber que uma tal imagem simplificada da sociologia norte-americana visava gerar um contraste e suscitar uma polémica. O importante, por ora, é reparar que a noção de comunidade científica, tal como foi proposta por Robert Merton e, depois, adoptada por T. S. Kuhn, se manteve fiel ao funcionalismo parsoniano, interessado nos modos de integração social, que excluía do seu horizonte os múltiplos conflitos presentes em qualquer tipo de comunidade científica. A simples presença de investigadores de segundo plano, dedicados mais a tarefas burocráticas, em contraste com outros capazes de inovar e de alcançar modos carismáticos de reconhecimento, a começar pelos *early starters*, aponta para a existência de inúmeras lutas no interior de comunidades e laboratórios.

A terceira discussão empreendida por Bourdieu diz respeito à denominada “sócio-filosofia da ciência” de Bruno Latour. Foi, talvez, sobre as análises feitas por este último acerca do que se passa em laboratório que Bourdieu assumiu um estilo mais contundente. Concretamente, embora estivesse disposto a admitir e a partilhar com Latour que o laboratório era um espaço de permanente interacção, onde os factos são construídos e se assiste à

auto-verificação, Bourdieu recusou-se a aceitar a passagem dos factos como construção para uma realidade composta de textos, discursos e ficções. A estes e à sua interpretação semiológica, Latour teria, ainda, acrescentado uma série de objectos com vida própria e capacidade para tomar iniciativas, a começar pelas pipetas e portas automáticas. A descrição do modo caricatural como Bourdieu se refere e desqualifica o trabalho de Latour não ficaria completa sem a referência à denúncia de como a retórica é posta ao serviço da “procura do efeito de radicalidade”, coberta por “sinais exteriores de cientificidade” e articulada com uma série de “falsos problemas” (pp. 49-50, 54, 57).

Se os três debates acabados de anunciar contêm em si alguns dos instrumentos analíticos com que Bourdieu traçou o seu programa de uma sociologia reflexiva da ciência, só no segundo capítulo do livro procedeu, de forma mais desenvolvida, à sua explicitação. Sem a intenção de lhes sobrepor uma grelha, baseada em qualquer pretensa aspiração a querer parecer original, melhor será proceder ao seu inventário, procurando reconstituir o seu sentido e sequência. Mais do que a noção de laboratório, Bourdieu procura compreender a ciência com base no conjunto das inter-relações que se estabelecem no interior de um campo e que transcendem a própria noção localizada de laboratório (entendido como uma espécie de equivalente ao valor que outrora se conferia à monografia regional). O campo é entendido como uma estrutura onde se faz sentir uma lógica relacional estabelecida entre os diferentes agentes, grupos ou instituições em confronto. No interior desse mesmo campo, os agentes interiorizam um *habitus* específico. Este último mantém uma relação de homologia com o “olho”, com o “estilo” próprio e até com as posturas corporais de cada agente e respectiva disciplina. Assim sendo, entre o campo e o *habitus* existe uma articulação, um vai-e-vem, salvaguardando o facto de que “entre o espaço das posições e o espaço das tomadas de posição não há uma relação de reflexo mecânico” (p. 85).

Se o que está em causa é a construção do objecto – a ponto de mesmo em Auguste Comte, Bourdieu ter encontrado a mesma preocupação, como fez questão de sublinhar em *Le Métier de sociologue* – todos os cruzamentos interdisciplinares são possíveis. Assim sendo, o campo científico – onde se assiste a uma permanente disputa e a sucessivas tentativas destinadas a monopolizar o uso da razão acerca da interpretação da realidade – é atravessado por uma série de tensões.

A primeira diz respeito ao modo de Bourdieu pôr em causa a física, sobretudo a física quântica, e de um modo geral as ciências naturais, enquanto campos disciplinares capazes de monopolizar ou de se constituir em modelo único de validação científica. Foi contra esta tentação que Bourdieu procurou estabelecer

um programa destinado a levar a cabo uma história das diferentes disciplinas, todas elas com os seus critérios de validação, passíveis de ser analisados historicamente. De igual modo, argumenta, será preferível manter em aberto a ideia segundo a qual em cada disciplina se assiste a modos próprios de formação de um *habitus*, ou seja, de um “olho” treinado e interiorizado por cada um dos agentes, bem como de um “estilo” que não se encontra subsumido na física ou nas ciências naturais.

A segunda das tensões que se detecta na obra em apreço de Bourdieu apresenta-se quase como uma contradição. É que, depois da já referida entrada contra as lógicas da integração e de definição de uma comunidade homogênea, em benefício das lutas e conflitos que atravessam todo e qualquer campo científico, Bourdieu parece baixar os braços. Isto é, um campo como o científico, investido de um evidente grau de autonomia e fechamento, que impõe critérios rígidos de admissão, não é atravessado apenas por disputas e por modos desiguais de distribuição do capital ou das competências científicas. Claro que estes últimos podem assumir muitas formas. É o que acontece quando “os agentes dotados de menos capital específico, ou seja, menos eminentes, segundo os critérios especificamente científicos, têm tendência a recorrer aos poderes externos para se reforçar e eventualmente triunfar” (p. 84). Contudo, o que acaba por vir ao de cima na configuração do próprio campo são os modos internos de validação e reconhecimento do trabalho científico. Estes poderão ser pensados tanto a partir de lutas pela monopolização da verdade, com base numa desigual distribuição de bens, como com base em estratégias que se encontram mais próximas da economia da dádiva, entendida como expressão de um desinteresse pelo lucro, sem com isso deixar de dissimular a “ambição de garantir um poder” (p. 78). A própria história da ciência inglesa no século XVII, tal como foi empreendida pelos historiadores Steven Shapin e Simon Schaffer (*Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*, 1985), também revelou a Bourdieu que os modos de validação da ciência, à época, eram parte de uma nova ética aristocrática e nobiliárquica, que não estava ao alcance dos que não detinham tal estatuto. Porventura o mais importante é considerar que, ao lado dos conflitos e sem se esgotar neles, o campo integra modos de validação dos agentes e do conhecimento por eles produzido.

Uma última tensão é bem explicitada por Bourdieu. Por um lado, importa considerar o universalismo de uma razão universal, na qual se encontra fundada uma filosofia científica, que se inspira tanto nas categorias *a priori* de Kant ou na gramática de Wittgenstein, como na referida sequência da tradição científica francesa que passa por Bachelard. Por outro lado, insista-se,

Bourdieu não deixa de considerar a historicidade, a contingência ou a especificidade histórica e sociológica de cada disciplina. Assim, sem nunca deixar de declarar que os factos são construídos e validados em campos bem localizados, Bourdieu nunca desiste de lutar por uma conciliação – à maneira sociologizada de Durkheim – entre uma razão universal e os contextos particulares do seu uso. É com base na conciliação entre o universal e o histórico, entre a leitura gramatical de Wittgenstein e outra de carácter sociológico, que se insurge: tanto contra toda e qualquer expressão de falsa cientificidade e de falsos problemas, que geralmente surgem camuflados com um léxico sistemático de aparência universal; como contra os excessos do fragmentarismo pós-moderno, desenvolvido ao arrepio das teorias universais, conforme lhe pareciam ser – de forma porventura muito parcial – os estudos de Michel Foucault (paradoxalmente, também, este se esforçou por reflectir historicamente sobre a ciência, nas suas diferentes disciplinas e genealogias do conhecimento).

A articulação com o último capítulo estava dada: contra as mais diversas formas de minar o conhecimento científico, incluindo o das ciências sociais, impunha-se desenvolver diferentes formas de luta. Assim, ao abrir o terceiro e último capítulo, Bourdieu coloca a questão do risco que existe quando se declara a especificidade das ciências sociais, em relação às outras ciências, acabando por decretar ou dar a entender que existe uma “impossibilidade de compreender cientificamente o seu objecto” (p. 119). E recapitula que, desde a obra citada que organizara com Chamboredon e Passeron *Le métier de sociologue* (1968), sempre argumentara que “as ciências sociais são ciências como as outras, mas que têm dificuldade particular em ser ciências como as outras” (p. 119).

Uma das maiores dificuldades que afectava as ciências sociais, no seu entender, era a sua fraca autonomia. Esta condição de debilidade faz-se sentir em relação ao campo político e é sentida, sobretudo, pelos agentes que surgem numa posição de subordinação:

aqueles que são dominados cientificamente são, com efeito, os mais inclinados a submeter-se às pressões externas, de direita ou de esquerda (é aquilo que chamo a lei do jdanovismo) e estão melhor preparados, geralmente por defeito, para as satisfazer, e têm portanto mais hipóteses de triunfar na lógica do plebiscito – ou do aplaudímetro ou do audímetro (pp. 121-122).

À época, Bourdieu encontrava na televisão um dos melhores exemplos da mesma debilidade da sociologia em se fazer reconhecer, quando confrontada com os detentores do poder temporal. Neste confronto, as ciências sociais, afastadas do reconhecimento social quase unânime que merecem as ciências da natureza, estavam votadas a ser contestadas e a parecer controversas (p. 123).

Existem outros factores que contribuem para a fraca autonomia e fragilidade das ciências sociais. Por exemplo, da mesma forma que Bourdieu ensaia, por diversas vezes, uma distinção entre ciência associada à colocação de verdadeiros problemas, em oposição aos simulacros científicos e falsos problemas, também se preocupou em distinguir entre o bem-fundado do trabalho reflexivo no qual o sociólogo se submete a uma análise congénere à do mundo social, comparativamente com uma reflexividade “narcísica”. É que esta última se limita “muitas vezes a um retorno complacente do investigador às suas próprias experiências”, sem com isso produzir nenhum efeito prático capaz de contribuir para aumentar a distância e a objectividade (p. 124).

Um outro modo de falsa reflexividade, porventura mais difícil de erradicar, surge directamente associado ao chamado pensamento de Estado. Bourdieu designa-o, ironicamente, de reflexividade reformista por surgir quando as categorias da estatística do Estado se confrontam com realidades inclassificáveis. É nessa altura que se verifica que

o pensamento de Estado é tão forte, sobretudo na mente dos cientistas de Estado oriundos das grandes escolas estatais, que o desbaratamento das rotinas classificatórias e dos compromissos que normalmente permitem salvá-las (...) não chegaria para pôr em causa as taxinomias burocráticas, garantidas pelo Estado, se os estatísticos do Estado tivessem a oportunidade de ter encontrado uma tradição reflexiva que só podia ter nascido e crescido no polo da ciência “pura”, burocraticamente irresponsável, das ciências sociais (p. 126).

Feitos os avisos às formas desviantes da reflexividade, Bourdieu dedica-se a pensar três modos de objectivar o sujeito da objectivação. É nesta linha de reflexão que melhor se faz sentir a sua formação filosófica, a qual surge expressa numa capacidade de duvidar e de pôr, racionalmente, em causa falsidades e simulacros, para procurar a verdade por via do conhecimento objectivo. Neste

sentido, interroga-se sobre a sua própria trajectória de cientista social. Antes de mais, trata-se de perceber como se pode objectivar no interior de um espaço social o sujeito da objectivação: as suas origens, trajectória, adesões sociais e religiosas. De qualquer modo, terá sempre de se entrar em linha de conta com o seu próprio ponto de vista, uma vez que “o *habitus* assegura o relacionamento do espaço das posições e do espaço dos pontos de vista” (p. 131).

Em segundo lugar, seria necessário compreender a posição ocupada pelo mesmo no campo dos especialistas (e a posição desse campo ou disciplina no campo das ciências sociais), atendendo às tradições nacionais de cada disciplina. É neste domínio que Bourdieu melhor se dá a conhecer no seu trajecto académico e nas lutas em que esteve envolvido. A começar pela ideia de que, quando começou, todos os lugares estavam ocupados pela geração dos antigos que detinham as posições dominantes (p. 134). Até ter conseguido alcançar, na academia, mas também na edição, uma posição que se traduziu em todo um programa destinado a romper com as fronteiras e especialidades disciplinares, procurando “reunificar uma ciência social falsamente fragmentada” (p. 139). Foi assim que definiu uma agenda de investigação onde seria possível juntar a história social e a sociologia, a história da filosofia e a história de arte, a etnologia, a história e a linguística, etc. (p. 139). A este respeito, o contraste é grande entre o projecto de conjunto de Bourdieu, que entende a sociologia como uma plataforma a partir da qual são desejáveis articulações interdisciplinares, e muitos dos seus aproveitamentos, os quais tendem a reduzir a sociologia aos seus limites de disciplina especializada no interior do campo mais vasto das ciências sociais e institucionalizada em departamentos míopes.

Um pormenor retirado da narrativa dessa trajectória não pode ser ignorado. Bourdieu revela ter tentado encontrar aliados para o seu projecto de uma sociologia aberta a todas as ciências sociais e à história, contra o modelo americano dominante baseado numa cisão entre “teoria” e “metodologia”. Começou, aliás, por tentar encontrá-los na Alemanha, mas também se deu conta da grande divisão entre os teóricos da Escola de Francoforte, Habermas e Luhmann, em relação aos empiristas submetidos à ortodoxia americana. Simultaneamente, procurou libertar a obra de Durkheim dos seus usos funcionalistas; Weber das leituras que sobre ele tinham feito Talcott Parsons e Raymond Aron; e tentou, ainda, ultrapassar os bloqueios dos marxistas, que se alimentavam da rejeição de Weber e da sociologia empírica, para fazer valer muitos dos seus postulados. Tudo isso, com a ambição de se encontrar uma base internacional para esta nova ciência, por uma acção pedagógica voltada especialmente para a Hungria, que

se libertava lentamente da *diamat* [materialismo dialéctico de cariz soviético], e descobria a estatística (principalmente da pobreza), para a Argélia, que nesse tempo era uma referência das lutas do Terceiro Mundo, e para o Brasil (p. 142).

Um dos principais obstáculos a este projecto unificado e interdisciplinar para as ciências sociais sucedeu na década de 1970 e foi representado, pelo menos em França, pela passagem das orientações científicas de Vuillemin e Koyré para aqueles que são tidos como os mentores do pós-modernismo, Foucault e Deleuze. É, talvez neste ponto e sobretudo a respeito de Foucault, que se encontram algumas críticas desajustadas por parte de Bourdieu. As verdades formais e universais passaram a ser consideradas antiquadas e até reacionárias, em comparação com a análise de situações histórico-culturais particulares (p. 145). Terá sido esta passagem que suscitou as críticas mais duras ao grupo de investigação que Bourdieu construiu em torno do Centre de Sociologie Européenne. Apelidado de seita, na justificação defensiva do autor, “por não se compreender e aceitar a intenção global de um projecto científico colectivo, cumulativo, que integra os conhecimentos teóricos e técnicos da disciplina, numa lógica semelhante à das ciências da natureza” (p. 148). Inadequado, também, terá sido apelidar Bourdieu de mandarim – um conceito, julgado por ele como simplista, quando aplicado a um professor do Collège de France, “a menos institucional (ou a mais anti-institucional) das instituições universitárias francesas” (p. 148).

Mais do que se sentir acantonado em tais conceitos de seita e mandarinato, Bourdieu preferiu estabelecer uma relação de homologia entre as suas origens provincianas e populares, por ele assumidas em claro contraste com a sua entrada na aristocracia escolar das grandes escolas francesas. Talvez tivesse sido esse mesmo contraste o responsável pela atracção que sempre sentiu pela *coincidentia oppositorum*. Era assim que se devia compreender a sua recusa em aceitar tanto o aristocratismo como o populismo ou, numa outra perspectiva, a sua reivindicação do legado de Weber e Durkheim, quando por alturas do Maio de 68 era bem visto ser-se marxista. A mesma tentativa de ganhar distância ou de reconciliar os contrários foi também a que o levou a “investir grandes ambições teóricas em objectos empíricos muito triviais” (pp. 151-152).

Este inventário dos temas e dos principais debates em que Bourdieu se envolveu levanta várias questões. Antes de mais, para que servem todos estes conceitos, lutas e reivindicações de uma postura reflexiva, no fundo aquela que deve acompanhar todo e qualquer agente que trabalhe num campo científico? Penso que teria o estatuto equivalente ao de um falso problema procurar

submeter agora os temas e questões de Bourdieu à minha grelha ou sistema classificatório. Da mesma forma que me interrogo sobre o ganho que pode existir num simples resumo, também tenho sérias dúvidas sobre se existiria alguma vantagem em traduzir Bourdieu numa outra linguagem, a propósito de uma qualquer inovação ou clareza conceptual.

O equivalente de um outro falso problema seria constituído pelo apontar das ausências, bem como das imprecisões ou deturpações do pensamento dos outros. Claro que a leitura deste livro, infelizmente de fim de vida, concebido como um curso, tem mais o formato de uma agenda para trabalhos futuros do que o de uma concretização de um programa de investigação. Por isso, é fácil apontar lacunas, como a da pouca relevância assumida pelas questões de género; do mesmo modo que podem parecer forçadas algumas simplificações. Neste último caso, cabem as que tendem a apresentar Foucault como um mero representante das epistemologias do fragmento; e a sociologia dominante norte-americana oscilando entre o funcionalismo e o empirismo (sem capacidade para albergar uma diversidade de pontos de vista da Escola de Chicago a Wright Mills, passando por Barrington Moore Jr., Alvin Gouldner e Howard Becker). Em suma, há que afastar todos os simulacros de uma leitura pretensamente crítica e rigorosa, porque capaz de pôr em causa o autor homenageado. Até porque os rituais da contra-celebração sempre mantiveram uma relação de dependência e muitas vezes de subserviência com quem organizava as cerimónias de comemoração.

Mais pertinente, mesmo que possa ser considerado demasiado alinhado com o programa de Bourdieu para a ciência, será verificar como é que algumas das ideias de Bourdieu resistiram ao tempo, foram utilizadas, geraram formas de oposição ou se transformaram numa reminiscência que será impossível recuperar. No país em que até há bem pouco tempo, as epistemologias do Sul eram utilizadas como bandeira de uma internacionalização, em substituição – pelo menos parcelar, mas não menos engajada politicamente – de uma vulgata deslumbrada com o pós-modernismo, a leitura do livro em causa surge como um exercício salutar por uma série de razões que passo a expor, à guisa de conclusão.

A primeira diz respeito ao projecto unificado para as ciências e para todas as ciências sociais, de clara inspiração durkheimiana. Projecto europeu, concebido em parte contra os imperialismos de uma razão universal, ou seja, norte-americana, que procura retomar o legado dos clássicos de Marx a Durkheim ou Weber, mas que procura estabelecer pontes tão díspares, como aquelas que vão da Hungria à Argélia ou ao Brasil. Projecto que se alinha pela famigerada internacionalização, mas que se mostra particularmente atento, aos desvios e

formas de dominação que se podem encontrar em seu nome. Projecto sempre integrado e colaborativo que não pretende tirar partido de qualquer derivado do terceiro mundismo, do exclusivo da subalternidade ou do monopólio intelectual dos que falam de dentro do Sul Global, reivindicando para si a posição dos que estão do lado de fora hasteando a bandeira das epistemologias do Sul.

Depois, é sempre de sublinhar que se trata de um projecto que põe em causa a naturalização da dominação das ciências naturais, em particular da física, em detrimento de todas as ciências sociais. Sobretudo, quando estas se encerram em especialidades ditas disciplinares, que se dispõem hierarquicamente e lutam entre si pelo reconhecimento. Numa altura em que as formas principais de financiamento se deslocam da física para as ciências biomédicas e o estatuto das ciências sociais sofre uma desvalorização acentuada, a exigência de reflexividade, exemplificada por Bourdieu, constitui-se como um desafio a empreender. Arriscaria, ainda, dizer que porventura mais importante será reconhecer que a reflexividade se constitui em marca de uma agenda que pretende apresentar o cientista social, com o seu *habitus* de vigilância epistemológica na construção de objectos que respondam a problemas pertinentes, como uma figura passível de ser generalizada a todo o campo científico.

Por último, talvez valha a pena reter – não para aplicar mecanicamente, mas para tomar como exemplo das lutas a empreender – alguns dos combates de Bourdieu: em relação ao pós-modernismo; às análises que se encerram num círculo vicioso de um pensamento de Estado; tudo em prol de uma concepção emancipada de ciência, sem necessariamente conotá-la com a militância e a contestação de esquerda (que muitas vezes foge à própria vigilância epistemológica, para cair em raciocínios de vulgata e em simplismos forçados). Enfim, num momento em que os ataques às ciências sociais se multiplicam, vale a pena continuar a ler Bourdieu, tomando-o como exemplo de um resistente e lutador que se bateu pelo rigor científico, pela investigação crítica centrada em problemas, e por um projecto unificado para as ciências sociais.

Referências bibliográficas

- Albert, M., Kleinman, D. L. (2011). *Bringing Pierre Bourdieu to Science and Technology Studies*, *Minerva*, vol. 49(3) – *Beyond the Canon: Pierre Bourdieu and Science and Technology Studies*, 263-273.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Éditions Raison d'Agir.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*, trad. de Fernando Tomás. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (2021). *Para uma sociologia da ciência*, trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C., & Passeron, J.-C. (1968). *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton.
- Camic, C. (2011). Bourdieu's Cleft Sociology of Science, *Minerva*, vol. 49(3) – *Beyond the Canon: Pierre Bourdieu and Science and Technology Studies*, 275-293.
- Halsey, A. H. (2004). *A History of Sociology in Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- Hess, D. J. (2011). Bourdieu and Science and Technology Studies: Toward a Reflexive Sociology. *Minerva*, 49(3), – *Beyond the Canon: Pierre Bourdieu and Science and Technology Studies*, 333-348.
- Kim, K.-M. (2023). *Bourdieu's philosophy and sociology of science: a critical appraisal*. New York, NY: Routledge.
- Leal, J. (2023). Cinquenta anos depois de *A Portuguese Rural Society*. *Etnográfica*, 27 (1), 255-269.
- Monteiro, B. (2015). *Homens industriais: uma sociologia histórica das tomadas de posição do patronato português (1945-1974)*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida
- Ruivo, B. (2017). *As políticas de ciências e tecnologia em Portugal no caminho para o futuro*. Lisboa: Sinapis.
- Schaffer, S. (1985). *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Wacquant, L. (2007). Lendo o "Capital" de Bourdieu". In J. Madureira Pinto & V. Borges Pereira (Orgs.), *Pierre Bourdieu: a teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal* (pp. 295-332). Porto: Afrontamento.

